

Defeito de fábrica

CIRCULA na Constituinte uma proposta com o apelido de "recall". Seria a criação de um mecanismo pelo qual o eleitorado poderia cassar o mandato do parlamentar que se desviasse de seus compromissos eleitorais.

TRATA-SE, evidentemente, de uma tolice. Difícilmente seria possível montar um sistema de cassação popular ao mesmo tempo rápido, imune a injustiças e mais eficaz do que o julgamento automático do parlamentar na eleição seguinte.

MESMO que tal sistema fosse viável, o seu resultado provável seria promessas eleitorais cada vez mais genéricas e vazias, à prova de contestação.

POR SINAL, e antes que alguém se iluda, a expressão "recall" não foi plagiada de qualquer sistema político, e sim da prática de indústrias americanas, principalmente as automobilísticas, que retiram do mercado produtos com defeito de fabricação. Nesses casos, o sistema funciona muito bem.

Servidor poderá entrar na justiça contra aumento

BRASÍLIA — Três atos da mesa da Câmara dos Deputados concedendo aumento salarial e promoção funcional estão sendo denunciados pelos próprios servidores como uma manobra para beneficiar um pequeno grupo de assessores, já apelidados de "os marajás da Câmara". As medidas, assinadas pelo Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, correm o risco de serem contestadas judicialmente e foram denunciadas como ilegais pelo segundo Vice-Presidente, Deputado Paulo Mincaron.

A maioria dos servidores ganhou um aumento de 25 por cento, mas em alguns casos este índice atingiu até 300 por cento, enquanto uma categoria, a dos adjuntos parlamentares, se queixa de que houve uma redução do valor nominal de seus salários, em alguns casos até de CZ\$ 5 mil.

Pouco organizados, os servidores promoveram várias reuniões ontem e, numa delas, aberta a todas as categorias profissionais que trabalham na Câmara, ficou decidido que será impetrado um mandado de segurança contra a decisão da mesa. Em outra, os adjuntos resolveram encaminhar um documento à mesa, solicitando equiparação aos Secretários de Gabinete para que seja mantida a situação anterior.

CNBB fixa prazo para definir as suas propostas

BRASÍLIA — A Presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) da CNBB decidiram ontem alertar a todos os Bispos e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que as assinaturas colhidas para as sete emendas populares à Constituinte, que estão sendo apoiadas pela Igreja, devem estar em Brasília até o próximo dia 15 de julho. Além disso, resolveram orientar as CEBs no sentido de que as emendas sejam entregues a cada Constituinte, em sua respectiva zona eleitoral, como forma de obter compromissos de apoio.

Essas informações foram dadas pelo Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, após encerramento da reunião da CEP, que congrega 11 Bispos. "Estamos tomando cada vez mais consciência da oportunidade da participação popular na Constituinte", disse ele.

Segundo o novo Secretário-Geral da CNBB, Dom Celso Queiroz, o que mais decepcionou a entidade na Constituinte até agora foi o resultado da votação na Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária, revelando uma "posição retrógrada, que revelou um primitivismo agrário". Mesmo assim, ele acredita que esse resultado serviu para mostrar que "não adianta esperar uma solução da Constituinte se a sociedade não tentar todos os caminhos democráticos".

Governo não pretende negociar estabilidade para trabalhadores

BRASÍLIA — O Governo não admite sequer negociar as propostas de estabilidade no emprego e jornada de trabalho de 40 horas semanais, e já iniciou articulações para tentar derrubá-las nas grandes votações da Constituinte. Esses dois pontos — uma antiga reivindicação dos sindicatos dos trabalhadores — foram aprovados pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, que até agora são citados como a grande vitória dos "progressistas" na Constituinte.

— O sujeito trabalhar quatro horas por dia, durante cinco dias não vai dar — comentou uma fonte.

O Executivo está estudando todos os anteprojetos aprovados pelas Subcomissões para, depois, estabelecer uma linha de ação no sentido de derrubar tudo aquilo que o Palácio do Planalto julga ferir os interesses do País. Por enquanto, não existe nenhuma orientação específica. Os Ministérios têm um papel importante nessa tarefa: através de equipes designadas para acompanhar os trabalhos da Constituinte, eles vão concentrar a pressão para garantir os interesses de cada setor.

Na relação das propostas que desagradam ao Governo, além da questão dos trabalhadores, está o polêmico dispositivo aprovado pela Subcomissão de Finanças, que transforma todos os bancos estrangeiros com filial no País em simples escritórios de representação, proibindo-os de realizar operações financeiras no Brasil.

— Isso é inviável. Em represália, os outros países fechariam todos os bancos brasileiros no exterior. Como ficamos? — argumentou um outro assessor do Governo.

Outro projeto aprovado pelas Subcomissões da Constituinte que o Executivo considera "completamente absurdo" é o que impede, por exemplo, o transporte, importação, pesquisa, fabricação e armazenamento de artefatos bélicos nucleares. O Governo também não aceita a ideia de se acabar com o Supremo Tribunal Federal, com a criação, em seu lugar, de uma espécie de tribunal constitucional com autonomia para julgar a constitucionalidade das leis. Nesse caso, pode-se negociar uma modificação, mas em hipótese alguma o Supremo deve ser extinto.

Também já consta da "malha fina" do Governo a proposta da Subcomissão do Direito dos Trabalhadores e Servidores Públicos, que concede anistia a todos os funcionários civis e militares perseguidos por motivos políticos. O que assustou o Executivo, nesse caso, foi o fato de a proposta aprovada obrigar o Governo a reintegrar ao serviço todos os anistiados, e a pagar os vencimentos, salários, vantagens e gratificações atrasadas, a contar da data da punição, com seus valores corrigidos.

Grupo de estudos da UnB detecta rearticulação dos 'conservadores'

BRASÍLIA — Um balanço da primeira etapa de funcionamento da Assembleia Constituinte demonstra "uma rearticulação forte do setor conservador nas votações das subcomissões, conseguindo barrar alguns relatórios progressistas". Esta é uma das principais conclusões do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (CEAC) da Universidade de Brasília.

O Centro, criado pelo Reitor Cristóvam Buarque, vem acompanhando a elaboração da nova Carta com o apoio de intelectuais e cientistas políticos, que no documento afirmam: "Esta fase inicial foi criativa, tensa e disputada. Progressistas e conservadores marcaram posições — como ocorreu de forma radical, por exemplo, na Subcomissão que tratou da Reforma Agrária".

O Deputado José Carlos Sabóia (PMDB-MA), do CEAC, diz que "os grupos procuraram avançar o máximo possível neste primeiro momento, para terem o que negociar ou ceder na fase das comissões e posteriormente no plenário final".

Mantendo um "certo otimismo", como assegura Buarque, o relatório destaca a participação popular nas audiências, que chegou a surpreender e irritar políticos pouco acostumados a interferências deste tipo. O



Ulysses recebe abraço de Mário Lima, que quer estabilidade aos 90 dias

Relator afirma que na Ordem Social todos querem volta da estabilidade

BRASÍLIA — O Relator da Comissão da Ordem Social, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), afirmou ontem não haver nenhum constituinte contrário à volta da estabilidade no emprego. Segundo o Relator, o que se está discutindo na Comissão é apenas o prazo que deverá ser observado antes de o trabalhador conseguir a estabilidade. O anteprojeto apresentado pelo Relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, Deputado Mário Lima (PMDB-BA), prevê a estabilidade depois dos 90 dias de experiência.

Segundo Almir Gabriel, há a proposta de que esse prazo seja

No Supremo, os Ministros repelem a ideia de ampliar número de membros

BRASÍLIA — Os Ministros do Supremo Tribunal Federal fizeram um pacto de silêncio: não falam sobre qualquer assunto decidido pela Constituinte. Embora se recusem a admitir publicamente, são contrários à proposta da Subcomissão da Organização do Poder Judiciário e do Mi-

nistério Público de elevar de 11 para 19 o número de Ministros do STF. Os Ministros temem que o mandato de 12 anos, estabelecido para os oito Ministros que serão eleitos pelo Congresso Nacional para complementar a Corte, ponha em risco a garantia da vitaliciedade de seus membros.

Reitor justifica a participação da UnB: — As universidades brasileiras devem elas também participar de forma intensa pela sua capacidade de mobilizar a sociedade.

O relatório prevê um agravamento da polêmica presidencialismo-parlamentarismo. Segundo o ex-Deputado João Gilberto, escolhido Coordenador do grupo do CEAC, esta é a comissão que mais pressão deverá sofrer dos lobbys. O mandato presidencial deve ser fixado em cinco anos, derrubado o decreto-lei e criada a possibilidade da população sugerir leis. Uma noite inteira de debates na Subcomissão do Poder Executivo só serviu, segundo eles, para confundir ainda mais o parlamentarismo sui generis proposto pelo relator José Fogaça (PMDB-RS).

A Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e de Garantia das Instituições contará com a presença de "muitos militares" na plateia, admitem os integrantes do CEAC. Ela deverá consolidar o atual papel das Forças Armadas, criar o "estado de defesa" e manter o estado de sítio. Pretende também criar o voto distrital misto, escalonar eleições municipais, estaduais e federais (para que

ampliado para um ano. O consenso nessa questão faz o Senador Almir Gabriel estar certo de que não haverá confronto nas votações da Comissão. Mesmo assim, ele não acredita que as sessões se realizem num eterno clima de tranquilidade: "Deveremos marchar sobre divergências e debates intensos", acredita.

Outro fator que dá ao parlamentar esta certeza é a própria composição da Comissão: a ampla maioria de seus membros é ligada ao movimento sindical. Almir Gabriel reafirmou que todas as decisões a serem tomadas na Ordem Social também dependerão do que for aprovado na Comissão da Ordem Econômica.

BRASÍLIA — Uma proposta rejeitada na Subcomissão do Poder Executivo foi reapresentada ontem pelo Senador José Fogaça (PMDB-RS) à Comissão de Organização dos Poderes. Fogaça, que teve seu anteprojeto derrotado na Subcomissão, insiste em que também os ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, Relações Exteriores e Gabinete Civil sejam passíveis de votos de desconfiança na Câmara dos Deputados.

O texto aprovado pela Subcomissão e enviado à Comissão de Organização dos Poderes estabelece, ao introduzir no País o sistema misto de Governo, que é da competência exclusiva do Presidente da República a escolha desses cinco ministros e, por isso, eles não podem ser demitidos pela Câmara com base no voto de censura ou desconfiança.

A alteração da proposta original do Senador Fogaça foi conseguida graças à coligação de representantes do grupo "Centro Democrático" do PMDB e parlamentares do PFL, PDS e PTB, mesma aliança que garantiu o mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney. Esse bloco — que se inspirou numa proposta do Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, transformada em emenda por Expediente Machado (PMDB-CE), um dos líderes do "Centro Democrático" — entende que a política exter-

na do País, o comando das Forças Armadas e o desempenho no Gabinete Civil não deviam escapar ao comando exclusivo do Presidente. A proposta que Fogaça reapresentou ontem, antecipando uma iniciativa que o Relator da Comissão de Organização dos Poderes, Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), pretendia adotar, tira do Presidente a atribuição de nomear Ministros. Para o Senador, os ministros não podem continuar intocáveis.

BRASÍLIA — O ex-Presidente do PFL, Senador Guilherme Palmeira (AL), disse ontem que a tendência do partido na Constituinte é a de aprovar um sistema parlamentarista "adaptado à realidade brasileira". — Será difícil — disse ele — conseguir o apoio da bancada para qualquer proposta que transforme o Presidente da República em uma figura simbólica, como por exemplo, a rainha da Inglaterra.

Mas este não é o único assunto que preocupa o senador. Palmeira considerou "interessante" a proposta neo-parlamentarista aprovada pela Subcomissão do Poder Executivo, embora considere que ela necessita de algum aprimoramento. Embora favorável a uma adaptação do parlamentarismo à realidade brasileira, o Senador alagoano afirmou que não é possível deixar o presidencialismo sem a adoção de aspectos fundamentais do parlamentarismo.

— É preciso que haja um Primeiro-Ministro e que sejam previstas hipóteses, ainda que difíceis, de dissolução do Congresso Nacional. Todo o Gabinete tem que ser submetido ao Legislativo — disse. As ideias de Palmeira estão conse-

Palmeira pretende aprovar parlamentarismo à brasileira

BRASÍLIA — O ex-Presidente do PFL, Senador Guilherme Palmeira (AL), disse ontem que a tendência do partido na Constituinte é a de aprovar um sistema parlamentarista "adaptado à realidade brasileira". — Será difícil — disse ele — conseguir o apoio da bancada para qualquer proposta que transforme o Presidente da República em uma figura simbólica, como por exemplo, a rainha da Inglaterra.

Mas este não é o único assunto que preocupa o senador. Palmeira considerou "interessante" a proposta neo-parlamentarista aprovada pela Subcomissão do Poder Executivo, embora considere que ela necessita de algum aprimoramento. Embora favorável a uma adaptação do parlamentarismo à realidade brasileira, o Senador alagoano afirmou que não é possível deixar o presidencialismo sem a adoção de aspectos fundamentais do parlamentarismo.

— É preciso que haja um Primeiro-Ministro e que sejam previstas hipóteses, ainda que difíceis, de dissolução do Congresso Nacional. Todo o Gabinete tem que ser submetido ao Legislativo — disse. As ideias de Palmeira estão conse-

guindo interessar a outros parlamentares e um deles, do mesmo partido do senador alagoano, o Deputado Erico Pegoraro (RS), afirmou ontem que, mesmo tendo votado favoravelmente ao neo-parlamentarismo, espera ter condições de alterá-lo parcialmente na Comissão da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo na hora que a questão for submetida ao julgamento final.

— É preciso, por exemplo, retirar um pouco da participação que o anteprojeto prevê para o Senado no parlamentarismo. Os senadores não devem ter o poder de suspender um voto de censura aprovado pela Câmara, até porque o Senado não estará sujeito à dissolução — comentou.

Pegoraro também admitiu que pretende emendar a proposta para que o voto de desconfiança deixe de recair individualmente sobre um Ministro de Estado, mas apenas sobre todo o Gabinete.

— É uma injustiça — disse ele — responsabilizar apenas uma cabeça por decisões que, às vezes, são tomadas em conjunto.

Fogaça insiste em apreciar ação de ministros militares

BRASÍLIA — Uma proposta rejeitada na Subcomissão do Poder Executivo foi reapresentada ontem pelo Senador José Fogaça (PMDB-RS) à Comissão de Organização dos Poderes. Fogaça, que teve seu anteprojeto derrotado na Subcomissão, insiste em que também os ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, Relações Exteriores e Gabinete Civil sejam passíveis de votos de desconfiança na Câmara dos Deputados.

O texto aprovado pela Subcomissão e enviado à Comissão de Organização dos Poderes estabelece, ao introduzir no País o sistema misto de Governo, que é da competência exclusiva do Presidente da República a escolha desses cinco ministros e, por isso, eles não podem ser demitidos pela Câmara com base no voto de censura ou desconfiança.

A alteração da proposta original do Senador Fogaça foi conseguida graças à coligação de representantes do grupo "Centro Democrático" do PMDB e parlamentares do PFL, PDS e PTB, mesma aliança que garantiu o mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney. Esse bloco — que se inspirou numa proposta do Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, transformada em emenda por Expediente Machado (PMDB-CE), um dos líderes do "Centro Democrático" — entende que a política exter-

Foto de Juan Carlos Gómez



Fogaça reapresenta anteprojeto

na do País, o comando das Forças Armadas e o desempenho no Gabinete Civil não deviam escapar ao comando exclusivo do Presidente.

A proposta que Fogaça reapresentou ontem, antecipando uma iniciativa que o Relator da Comissão de Organização dos Poderes, Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), pretendia adotar, tira do Presidente a atribuição de nomear Ministros. Para o Senador, os ministros não podem continuar intocáveis.

65 deputados defendem a UDR na questão fundiária

SÃO PAULO — A União Democrática Ruralista (UDR) já dispõe de um grupo de pressão de 65 deputados que defenderão suas posições sobre política fundiária na Constituinte, segundo informou seu Presidente, o médico Ronaldo Caiado, antes de presidir a abertura de uma representação da associação na Grande São Paulo, em festa realizada ontem à noite em solenidade no Jôquei Clube.

Caiado explicou que, semanalmente, produtores ligados à UDR visitam os deputados em Brasília, levando suas reivindicações e sugestões, que esperam ver regulamentadas na futura Constituição. Segundo ele, o Estado de São Paulo já foi ocupado pela entidade em 11 regiões administrativas, com um nível de adesão que ultrapassa 100 mil proprietários de imóveis agrícolas.

— Mas existem milhares de produtores rurais que têm suas propriedades em torno da Grande São Paulo, que são homens que estão com nós, inquietos com a situação econômica que o País atravessa no momento — ressaltou.

O Líder da UDR disse que, por ser única, a entidade, que já congrega proprietários de terra em nível nacional, deve também representar o arrendatário e o meeiro.

— Inclusive já temos apresentado

medidas jurídicas para que suas terras não sejam tomadas pelos bancos, quando sua produção não está sendo reajustada com os preços do mercado e os mesmos juros continuam sendo cobrados.

A UDR já conseguiu vetar o anteprojeto "radical, retrógrado e tendencioso" do Deputado Oswaldo Lima Filho, que limitava a propriedade rural em 100 módulos; impedia que o produtor rural dessa propriedade recorresse à justiça para contestar a desapropriação; definia o valor do imóvel como o declarado junto ao Incra; e dava uma carência de 20 anos para o pagamento dos títulos da dívida agrária.

O Presidente da UDR afirmou que "graças a um trabalho ágil e capaz de nossa entidade, com vários outros companheiros, conseguiu-se aprovar o substitutivo Rosa Prata, que propõe uma reforma agrária inteligente e sem violência".

O ideal, segundo ele, é um projeto que garanta o direito da propriedade e sua função social, que venha atender não só o proprietário mas também aqueles que trabalham nela. "Deveremos exigir que o Governo tenha uma lei agrícola, dando aos posseiros ou a qualquer homem que trabalhe pacificamente na terra por um período de cinco anos, o direito de legalizar sua terra", disse.

Estatização da saúde agita comissão

BRASÍLIA — A Comissão da Ordem Social teve ontem, no anteprojeto apresentado pelo relator da Subcomissão da Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, seu primeiro momento de intenso debate. Tratava-se da questão da estatização do setor da saúde que, segundo os parlamentares conservadores, é excessiva para a realidade nacional, enquanto os

progressistas consideram a proposta apenas como uma questão de justiça para com a população carente.

O Deputado Mattos Leão (PMDB-PR) alertou os membros da Comissão sobre a "ineficiência do Estado" na manutenção dos serviços médicos assistenciais. Em sua opinião, "a qualidade da medicina estatal será

sempre inferior à oferecida pelos estabelecimentos privados". O parlamentar criticou ainda a proposta do Deputado Carlos Mosconi, por considerar que ela abre a possibilidade de desapropriação dos hospitais.

— O importante — disse ele — é que a população fique satisfeita com os serviços. O resto não importa.